

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO
NÚCLEO DE SAÚDE
CURSO DE NUTRIÇÃO

JENEFFER ALANA LIMA DOS SANTOS
KARLA MARINHO DE MELO
VIVIAN DE LIMA MARQUES PEREIRA

**CONSEQUÊNCIAS E FATORES ASSOCIADOS À
SUSPENSÃO DO ALEITAMENTO MATERNO
EXCLUSIVO**

RECIFE/2021

JENEFFER ALANA LIMA DOS SANTOS

KARLA MARINHO DE MELO

VIVIAN DE LIMA MARQUES PEREIRA

**CONSEQUÊNCIAS E FATORES ASSOCIADOS À
SUSPENSÃO DO ALEITAMENTO MATERNO
EXCLUSIVO**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Professora Orientadora: Esp. Mariana Nathália Gomes de Lima

RECIFE/2021

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

S237c Santos, Jeneffer Alana Lima dos
Consequências e fatores associados à suspensão do aleitamento
materno exclusivo. / Jeneffer Alana Lima dos Santos, Karla Marinho de
Melo, Vivian de Lima Marques Pereira. - Recife: O Autor, 2021.
24 p.

Orientador(a): Esp. Mariana Nathália Gomes de Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Nutrição, 2021.

Inclui Referências.

1. Aleitamento materno. 2. Amamentação exclusiva. 3. Alergias
alimentares. I. Melo, Karla Marinho de. II. Pereira, Vivian de Lima
Marques. III. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 612.39

*Dedicamos esse trabalho aos nossos
pais, nossos maiores apoiadores durante
essa jornada.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos à Deus, por ter nos sustentado, pois com toda sua glória e misericórdia nos deu forças para chegarmos até aqui;

Aos nossos familiares que foram de suma importância e que estiveram ao nosso lado incentivando, apoiando e nos ajudando a passar por toda dificuldade existente durante o curso;

À Instituição e aos mestres pela oportunidade da troca de saberes;

Agradecemos ao professor orientador por ter aceitado o desafio de nos orientar com muita paciência e dedicação;

Às amigadas que construímos durante esse percurso, que tornou a caminhada mais leve e que também estão encerrando mais um ciclo;

*“Que seu remédio seja seu alimento, e
que seu alimento seja seu remédio.”*

(Hipócrates)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Aleitamento materno	11
2.1.1 Histórico do aleitamento materno	12
2.2 Alergias alimentares	14
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
5 CONCLUSÕES	21
REFERÊNCIAS	22

CONSEQUÊNCIAS E FATORES ASSOCIADOS À SUSPENSÃO DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

Jeneffer Alana Lima dos Santos
Karla Marinho de Melo
Vivian de Lima Marques Pereira
Mariana Nathália Gomes de Lima¹

Resumo: O leite materno tem grande importância para os neonatos, sendo a forma mais completa de nutrição antes da introdução alimentar, pois contém características nutricionais e imunológicas que suprem as necessidades alimentares da criança, proporcionando um crescimento e desenvolvimento apropriado. Tão importante quanto o aleitamento materno exclusivo até os seis primeiros meses de vida é a introdução gradativa de alimentos sólidos após os seis meses de idade conforme recomendado pela OMS. A alimentação da criança deve conter grande variedade de legumes e verduras, evitando a oferta de alimentos industrializados (ricos em carboidratos simples, lipídeos e sódio) e acréscimo de açúcares simples nas mamadeiras para prevenir morbimortalidades como desnutrição e sobrepeso até a fase adulta. Sendo assim, o trabalho objetivou relatar as consequências e fatores associados à suspensão do aleitamento materno exclusivo. Desta maneira, para essa pesquisa, a identificação dos artigos foi realizada por meio de busca bibliográfica em periódicos, tendo como base de dados os artigos do Scielo (Scientific Electronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Os resultados apontaram que crianças que recebem a amamentação exclusiva apresentam um melhor desenvolvimento imunológico quando comparadas a crianças que possuem esse aleitamento de forma predominante ou passaram por desmame precoce. Demonstrando desta maneira a relevância desse ato. O leite fornecido exclusivamente durante os seis primeiros meses de vida, promove diversos benefícios, de forma que esta prática deve ser encorajada

Palavras-chave :: Amamentação exclusiva. Alergias alimentares. Introdução alimentar.

¹Professora do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA). Especialista em Saúde Coletiva. E-mail: mariana.lima@grupounibra.com

1 INTRODUÇÃO

O leite materno tem grande importância para os neonatos, sendo a forma mais completa de nutrição antes da introdução alimentar, pois contém características nutricionais e imunológicas que suprem as necessidades alimentares da criança, proporcionando um crescimento e desenvolvimento apropriado, estabelecendo o vínculo de mãe para filho, além de ter implicações na saúde física e psíquica das nutrizes, sendo também considerado um alimento com efeito protetor contra doenças crônicas não transmissíveis, infecções gastrointestinais e respiratórias, alergias e intolerâncias alimentares (JOSÉ *et al.*, 2016).

Nesse contexto, tão importante quanto o aleitamento materno exclusivo até os seis primeiros meses de vida é a introdução gradativa de alimentos sólidos após os seis meses de idade conforme recomendado pela OMS. A alimentação da criança deve conter grande variedade de legumes e verduras, evitando a oferta de alimentos industrializados (ricos em carboidratos simples, lipídeos e sódio) e acréscimo de açúcares simples nas mamadeiras para prevenir morbimortalidades como desnutrição e sobrepeso até a fase adulta. (LIMA *et al.*, 2020).

De acordo com Silva *et al.* (2019) é comum que o primeiro alimento iniciado precocemente à dieta do bebê seja a preparação à base de leite de vaca e, devido a esse fato, é comum o surgimento de alergias alimentares, principalmente a alergia à proteína do leite de vaca (APLV), uma reação do sistema imunológico à proteína do leite de vaca. Ainda de acordo com os mesmos autores, a taxa de incidência da APVL teve um aumento de cerca de 20% na última década (SILVA *et al.*, 2019).

Diante do exposto, percebe-se que é de suma importância estudar na literatura científica as relações entre a hipersensibilidade alimentar e o aleitamento materno com o desmame precoce, verificando a associação entre esses conceitos e abordando as principais causas que levam ao desenvolvimento de alergias alimentares em neonatos, uma vez que o aleitamento infantil é de suma importância no desenvolvimento da criança, trazendo inúmeros benefícios e protegendo contra diversas doenças a curto, médio e até mesmo longo prazo.

Desse modo, o principal objetivo deste trabalho é identificar os principais aspectos que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo, além de constatar os riscos causados pela oferta alimentar antes dos seis meses de vida e observar a relação da introdução alimentar precoce ao surgimento de alergias.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Vários estudos têm sido desenvolvidos ao longo dos anos para refletir e discutir as perspectivas acerca do aleitamento materno. Isso se fundamenta uma vez que diversas pesquisas têm sido publicadas comprovando os inúmeros benefícios dessa prática e o interesse sobre esse tema.

Nesse contexto, nas próximas seções são revisadas algumas das pesquisas mais pertinentes sobre o tema em questão. Para isso, ao longo desse estudo, discute-se acerca do aleitamento materno, aleitamento exclusivo e alergias alimentares.

3.1 Aleitamento materno

De modo geral, sabe-se que a amamentação é um processo fundamental uma vez que tem potencial de prevenir e proteger o bebê contra doenças infecciosas (CAMPOS, *et al.*, 2020; BARROSO; ALVES, 2020), alergias (COSTA *et al.*, 2017) e é capaz de prover a proteção da microbiota intestinal do recém-nascido, auxiliando diretamente no sistema imunológico, endócrino e nervoso (SANTOS, *et al.*, 2020). Para Braga (2020, p.225), o aleitamento materno também possui benefícios no sistema estomatognático:

Após o nascimento, o aleitamento materno traz diversos benefícios para o desenvolvimento do sistema estomatognático da criança, pois devido a sucção que ocorre neste período, a língua e o lábio movimentam-se em conjunto permitindo que ocorra o processo de deglutição alinhado à respiração, podendo evitar futuros problemas de maloclusões (BRAGA *et al.*, 2020, p.225).

Ainda, estudos revelam que o aleitamento materno traz benefícios até mesmo a longo prazo, como melhor desempenho em testes de inteligência (FONSECA, *et al.*, 2015; PERES, *et al.*, 2021). Por fim, a pesquisa de Barroso e Alves (2020) concluíram que a nutrição advinda do leite materno evita o óbito

de 823 mil crianças menores de 5 anos e de 20 mil mães por ano, além de economizar 300 bilhões de dólares.

De acordo com a OMS (2018), o aleitamento materno é recomendado de forma exclusiva para bebês de até 6 meses. Entende-se que a amamentação exclusiva é composta somente de leite materno, sem quaisquer outros alimentos, líquidos ou sólidos, exceto medicamento. A OMS ainda recomenda o aleitamento materno por dois anos ou mais, sendo complementado por alimentos saudáveis apenas após os seis meses (WHO, 2010).

Apesar da recomendação da amamentação exclusiva, em alguns casos ela pode não ser possível por diversos fatores, inclusive históricos, que serão abordados adiante.

3.1.1 Histórico do aleitamento materno

Apesar de seus conhecidos benefícios, nem sempre o aleitamento materno foi posto em prática devido a diversos acontecimentos na história do Brasil. Castilho e Barros Filho (2010) comentam que com o passar dos anos, as mulheres foram conquistando direitos e foram surgindo mecanismos de incentivo e apoio à prática da amamentação.

Ainda na pesquisa de Castilho e Barros Filho (2010) os autores dissertam que no período pré-industrial a mortalidade infantil era alta, uma vez que constantemente se fazia a substituição do leite materno por leite animal para que as mulheres pudessem sair de casa e ir trabalhar nas fábricas. Em 1943 a mulher conquistou o direito a 120 dias de licença-maternidade. O artigo 392 da CLT prevê uma licença sem prejuízo do emprego e do salário (BRASIL, 1943).

Apesar disso, mais adiante, a década de 1970 foi o período em que menos foi observado o aleitamento materno, e Boccolini *et al.* (2017) atribuem esse fato à entrada mais forte da Mulher no mercado de trabalho juntamente ao processo de urbanização.

Em 1981, o Brasil criou o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno. De acordo com Oliveira *et al* (2019), esse programa foi criado com a finalidade de auxiliar gestantes e puérperas acerca dos

posicionamentos pertinentes no decorrer da amamentação. Ainda no mesmo ano surgiu a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactente e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL). Nas palavras de Monteiro (2016):

A NBCAL é um instrumento importante na proteção contra as estratégias de marketing da indústria de alimentos e de bicos, chupetas e mamadeiras. Foi baseada no Código de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1981, e teve a sua primeira versão brasileira em 1988, tendo sido revisada para o aprimoramento de suas diretrizes em 1992 e novamente em 2001 e 2002. Em 2006, a NBCAL tornou-se lei nacional (MONTEIRO, 2006, p.354).

Outra estratégia para estimular o aleitamento materno foi a criação dos Bancos de Leite Humano, também na década 80. De acordo com Barros *et al* (2018), os Bancos têm o objetivo de atuar na promoção, apoio e proteção do aleitamento materno.

Em 2009 o Ministério da Saúde divulgou os dados da II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. A pesquisa verificou a situação da amamentação e da alimentação complementar no Brasil, analisando a evolução dos indicadores de aleitamento materno no período de 1999 a 2008. Vale ressaltar que o órgão não realizou pesquisa mais recente e que esses são os últimos dados registrados desses indicadores.

A referida pesquisa revelou que, das crianças que foram objeto do estudo, apenas 41% menores de seis meses prevaleceram com a amamentação exclusiva (BRASIL, 2009, p.4). Água, chás e outros leites eram oferecidos, em alguns casos, já no primeiro mês de vida. A pesquisa ainda revelou que 11,6% das crianças entre 9 e 12 meses já consumiam refrigerantes (BRASIL, 2009, p.5). Por fim, os dados da pesquisa revelam que existe a necessidade de intervenções no sentido de promover hábitos saudáveis de alimentação no primeiro ano de vida.

3.2 Alergias alimentares

Como já foi mencionado anteriormente, é sabido dos inúmeros benefícios do aleitamento materno, contudo também é importante entender os riscos de não praticar esse ato.

Para Moura (2015), os riscos do não aleitamento materno incluem a possibilidade do surgimento de alergias alimentares e de doenças crônicas, como a doença de Hodgkin, a doença de Cohn, linfomas, leucemias, colite ulcerativa, e doenças celíacas. Além disso, com o não aleitamento materno também existe risco de a criança desenvolver diabetes e sobrepeso (CHEQUER *et al.*, 2020).

Dessa forma, entende-se que a alergia alimentar pode ser considerada uma reação ao sistema imunológico à alguma proteína. Dentro desse contexto, a proteína que nos referimos é a proteína presente no leite animal, que comumente é oferecido a crianças antes do tempo correto. Para Berzuino *et al* (2017), as reações alérgicas possuem duas fases, sendo a primeira a fase de sensibilização e a segunda a fase da reação. Os autores explicam:

Tudo se inicia com a exposição do organismo a uma proteína potencialmente alergênica, que irá formar anticorpos específicos por reconhecê-la erroneamente. Quando o corpo é exposto novamente ao alérgeno, ocorre a segunda fase da reação, que consiste na ativação dos mastócitos e na liberação de mediadores químicos, como por exemplo, histamina, prostaglandinas e citocinas que serão responsáveis pelos sintomas clínicos da alergia (BERZUINO *et al.*, 2017, p.24).

Os mesmos autores comentam que os principais sintomas das alergias alimentares são dores no abdome, diarreia e náuseas. Em alguns casos também pode ocorrer tosse e coriza (BERZUINO *et al.*, 2017) Para Freitas *et al* (2021), a prevenção contra essas alergias alimentares é de suma importância. Os autores relatam:

A prevenção da alergia alimentar é muito importante para evitar a ocorrência deste agravo, através da amamentação das crianças até o sexto mês de vida, pois os componentes do leite materno são imprescindíveis para o bom desenvolvimento infantil, e restringindo o consumo de alimentos alergênicos devido à imaturidade do organismo da criança (FREITAS *et al.*, 2021, p.12861).

A prevenção dessas alergias alimentares é essencial uma vez que, de acordo com Berzuino *et al.* (2017), o único tratamento é evitar a ingestão precoce desses alimentos.

4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa a seguir é de natureza básica, ou seja, objetiva gerar novos conhecimentos. Ainda, é de caráter exploratório, permitindo o estudo do tema sob diversas perspectivas e obteve como procedimento técnico o levantamento bibliográfico.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.54) “esse procedimento técnico consiste no levantamento a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos”, além de curso e outros recursos textuais disponíveis em diversas bases de dados.

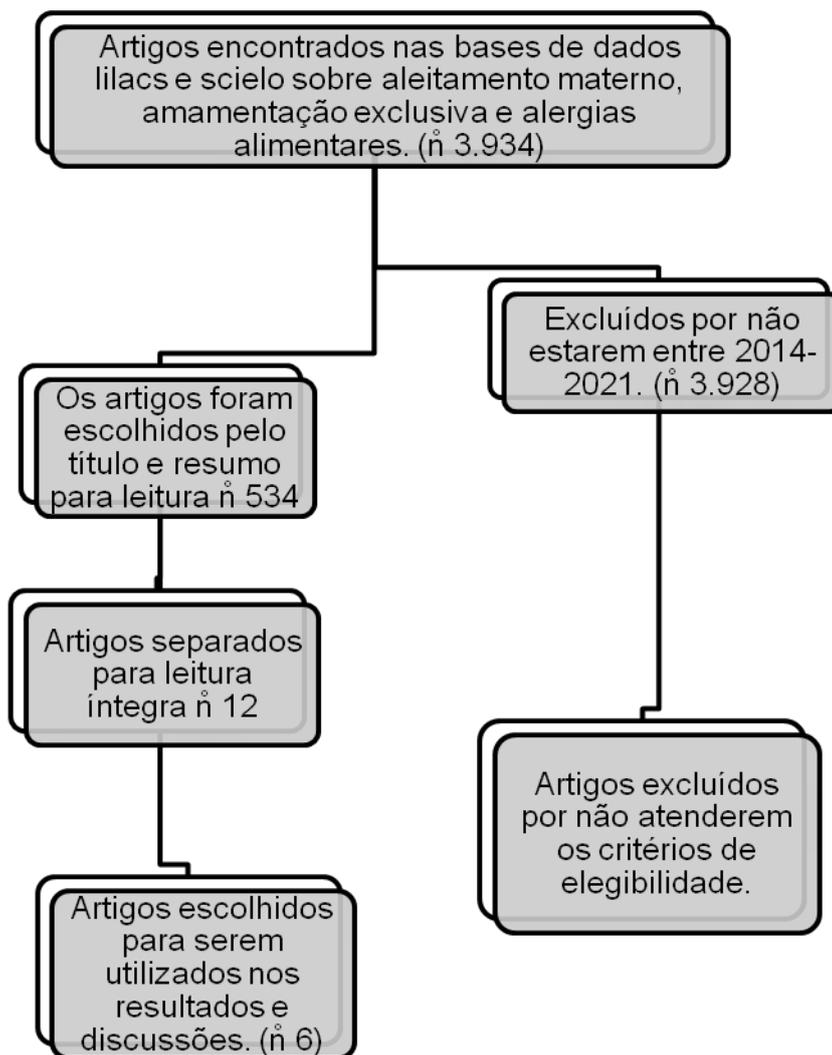
Para essa pesquisa, a identificação dos artigos foi realizada por meio de busca bibliográfica em periódicos, tendo como base de dados os artigos do Scielo (Scientific Electronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Para a busca foram utilizados os seguintes descritores: "amamentação exclusiva", "aleitamento materno" e "alergias alimentares". Os descritores foram combinados com o operador booleano "AND", conforme Quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Resultados das buscas com descritores nas bases de dados, dos estudos excluídos e utilizados na revisão.

Bases de dados	Descritores utilizados	Resultados obtidos	Resultados excluídos	Estudos utilizados na revisão
Scielo	Amamentação exclusiva, Alergia alimentar, Aleitamento materno.	1.878	1.874	4
Lilacs		2.056	2.054	2
Total		3.934	3.928	6

Foram adotados como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos 7 anos (entre 2014 a 2021), e no idioma português. O critério de exclusão foi descartar publicações que não estivessem no formato de artigo e com texto incompleto. A amostra final foi composta por 6 publicações como mostra a Figura 2.

Figura 2. Fluxograma de busca



integrada.

Neste estudo foi adotada como estratégia de metodologia a revisão narrativa. Isto é, buscou-se na literatura especializada os principais textos sobre o tema em questão, dando preferência para aqueles com maior número de citações e, conseqüentemente, maior reconhecimento. Assim, buscou-se enfatizar os aspectos comuns, em uma análise documental dos estudos mais recentes sobre amamentação exclusiva e sua relação com as alergias alimentares.

Deste modo, acredita-se que os métodos utilizados serão claros e pertinentes para alcançar os objetivos propostos e proporcionará conhecimento e uma visão do assunto no Brasil e no mundo, no atual contexto.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amamentação é uma das etapas cruciais para o desenvolvimento fisiológico e imunológico da criança. A suspensão da amamentação obrigatória pode trazer alguns riscos e instabilidades, comprometendo assim a estabilidade homeostática, levando a quadros alérgicos e doenças subjacentes. Sendo assim, os artigos selecionados destacam a importância do aleitamento materno e os prós e contras da introdução alimentar precoce.

Tabela 1. Artigos selecionados para o embasamento dos resultados e discussões.

AUTOR / ANO	TITULO	OBJETIVO	RESULTADOS
MAURARI (2021)	Introdução precoce da alimentação complementar infantil: comparando mães adolescentes e adultas	Verificar a associação entre a idade materna e os motivos alegados pelas mães para o início precoce da alimentação complementar aos 30, 90 e 180 dias de vida da criança.	Aos 30 dias pós-parto as adolescentes referiram motivos para introdução de chá relacionados às orientações de outras pessoas; já as adultas, referiram motivos relacionados à criança ($p = 0,001$). Aos 90 dias, para a introdução de água e chá, as adolescentes alegaram orientações de outras pessoas e as adultas alegaram motivos da criança ($p = 0,004$ para água e $p < 0,001$ para chá). Aos 180 dias, para a introdução de outro leite, adolescentes e adultas referiram motivos relacionados ao seu próprio desejo ($p = 0,03$).
PORTO (2021)	Aleitamento materno exclusivo e introdução de alimentos ultraprocessados no primeiro ano de vida: estudo de coorte no sudoeste da bahia, 2018	Analisar a associação entre aleitamento materno exclusivo (ame) e a introdução de alimentos ultraprocessados em crianças menores de 12 meses.	Foram avaliadas 286 crianças, das quais 40,2% receberam quatro ou mais ultraprocessados e 48,9% receberam ame por menos de 120 dias. O ame por menos de 120 dias ($rr=2,94$ - $ic_{95\%}$ 1,51;5,71) e por 120-179 dias ($rr=2,17$ - $ic_{95\%}$ 1,09;4,30) associou-se ao desfecho após ajuste pelas variáveis socioeconômicas, maternas, paternas e da criança.

RODRIGUES (2021)	Avaliação do impacto de intervenção educativa em farmácias com promoção comercial de produtos que competem com o aleitamento materno	Avaliar o impacto de uma intervenção educativa sobre o cumprimento da lei em farmácias. Pesquisa de intervenção randomizada conduzida em 155 farmácias que infringiam a lei na zona sul do rio de janeiro, brasil.	Um mês após a intervenção houve redução de 16,1% (n = 25) no total de farmácias com infração. Houve redução de 18,7% para 12,9% em produtos cuja promoção comercial é proibida (p = 0,093) e de 92,9% para 80,5% nos produtos lácteos (p = 0,001), mas entre alimentos de transição houve aumento de 28,5% para 42,3% de farmácias com promoção ilegal (p = 0,006). O grupo intervenção com farmacêutico apresentou redução estatisticamente significativa nas infrações relacionadas a descontos de preço (p = 0,022) e a exposições especiais (p = 0,002).
SILVA (2021)	Aleitamento materno exclusivo: Prevalência na maternidade e Durante o segundo mês de vida	Determinar a prevalência do aleitamento materno exclusivo à alta da maternidade e a sua evolução até ao segundo mês de vida	Dos 159 recém-nascidos estudados, o aleitamento materno exclusivo ocorreu em 80,5% à alta da maternidade, sendo a sua prevalência inferior nos nascidos por cesariana 69,7% (p= 0,019). Durante o segundo mês de vida a prevalência do aleitamento materno exclusivo ocorreu em 59,7% da amostra. À alta da maternidade, o AME ocorreu em 128 (80,5%) dos casos, sendo destes, 71 (55,5%) nascidos por parto eutócico, 36 (28,1%) por ventosa e 21 (16,4%) por cesariana (p= 0,019). A prevalência do AME diminuiu desde a alta da maternidade de 80,5% para 59,7% (p<0,001) no segundo mês de vida. Não se verificaram, no entanto, diferenças significativas na comparação do modo de parto e a prevalência do AME no segundo mês de vida.

VIEIRA (2021)	Amamentação e o desenvolvimento ponderal do lactente até o sexto mês de vida	Comparar o crescimento ponderal dos lactentes aos seis meses de vida em aleitamento materno exclusivo e aleitamento complementar ou misto.	A prevalência do aleitamento materno exclusivo foi de 21% (n=8) da amostra. As variáveis antropométricas (peso, altura e perímetro cefálico - pc) dos lactentes em aleitamento materno exclusivo apresentaram médias inferiores àqueles em aleitamento materno predominante e/ou com uso de fórmula.
NETO (2014)	Alimentação no primeiro ano de vida e prevenção de doenças alérgicas: evidências atuais	Discutir o papel da alimentação no primeiro ano de vida sobre a prevenção de doenças alérgicas, através de revisão bibliográfica com base em artigos publicados entre 2003 e abril de 2014, disponíveis nos bancos de dados pubmed, scieloelilacs	A recomendação de manter o aleitamento materno exclusivo por período de 4 a 6 meses deve-se a outros benefícios associados a esta prática. Há dados suficientes para a indicação da utilização de fórmulas parcialmente ou extensamente hidrolisadas, com alergenicidade reduzida comprovada, para aqueles com alto risco de desenvolvimento de atopia, quando a amamentação exclusiva não for possível. O início da alimentação complementar é recomendado após 4-6 meses, com atenção à variedade dos alimentos

Rodrigues (2021) ressaltou a influência da mídia no desmame precoce. Avaliou as intervenções educativas sobre o cumprimento da lei em farmácias, foram relatadas 155 farmácias que participaram da pesquisa, onde 29 farmácias fizeram promoção comercial proibida pela lei N 11.265/2006 e após a intervenção educativa o número diminuiu para 20. Sendo observado que 8,9% das farmácias deixaram de infringir a comercialização de leites/compostos lácteos e 6,5% passaram a infringir na comercialização de fórmulas infantis, mamadeira, bicos e chupetas. Pode ser observado uma redução significativa para todas as estratégias de promoção comercial irregular. Rodrigues concluiu através dos resultados que a intervenção educativa altera as práticas comerciais vigentes.

Murari (2021) verificou a associação entre a idade materna e os motivos que levaram à alimentação precoce e observou que as mães adolescentes introduziram a alimentação precoce por causa de outras pessoas, enquanto as mães adultas introduziram a alimentação precoce por causa das crianças. A influência de terceiros na introdução alimentar da criança ocorre principalmente pela desinformação sobre esta prática, principalmente em mães mais jovens, que acreditam que o leite que produzem não tem nutrientes suficientes para suprir as necessidades da criança. O acompanhamento nutricional é de suma importância para o acompanhamento e esclarecimentos desses fatores. Mães mais velhas tendem a introduzir a alimentação de maneira precoce com maior facilidade quando já tem outros filhos mais velhos. Além disso foi relatado pelas mães a introdução de chás, sendo as mães adolescentes orientadas por outras pessoas e as mães adultas relatam que perceberam a “necessidade” do filho.

Vieira (2021) compara o crescimento ponderal-estatural dos lactentes aos seis meses em aleitamento materno exclusivo e aleitamento complementar ou misto. Teve como resultado 21% de prevalência do aleitamento materno exclusivo, sendo observado medidas antropométricas superiores aos que possuíam aleitamento materno predominante. Silva (2020) realizou estudos sobre a taxa de aleitamento materno com 159 recém-nascidos, em que o aleitamento ocorreu em 80,5% à alta da maternidade, porém ocorrendo em apenas 69,7% dos nascidos por cesariana e no segundo mês de vida a prevalência do aleitamento materno exclusivo foi de 59,7%, sendo demonstrada a importância do acompanhamento a família após o parto. Porto (2021) analisou a associação do aleitamento materno exclusivo e a introdução de alimentos ultra processados e relatou que de 286 crianças, 40% recebem quatro ou mais ultra processados e 48% recebem AME por menos de 120 dias, associando-se a variáveis socioeconômicas, maternas, paternas e da criança.

Neto (2014) estudou a relação da introdução de alimentos no primeiro ano de vida sobre a prevenção de doenças alérgicas, comprovando os benefícios associados a essa prática pelo período de 4 a 6 meses com atenção à variedade dos alimentos, sendo observado como um importante modulador do desenvolvimento do sistema imunológico e prevenção de alergias.

Através das pesquisas desses autores foi possível observar a relação das mães com os produtos alimentícios até o primeiro ano de vida da criança,

revelando uma relação entre a idade das mães e a introdução alimentar precoce, ressaltando que esse tipo de conduta ocorre devido a desinformação e influência externa. Esse tipo de ação pode trazer agravos significativos para o bebê.

A comparação entre neonatos com a amamentação exclusiva e amamentação predominante demonstra que a exclusividade nos primeiros 6 meses de vida traz um melhor desenvolvimento físico e imunológico quando comparado ao predominante. Ressaltando desta maneira a importância da alimentação correta nos primeiros meses de vida.

O acompanhamento nutricional vai agir diminuindo a desinformação e aumentando a qualidade de vida do indivíduo, através de orientações sobre a importância do aleitamento e os malefícios da introdução alimentar precoce.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aleitamento materno é de suma importância para o desenvolvimento do neonato. O leite fornecido exclusivamente durante os seis primeiros meses de vida, promove diversos benefícios, de forma que esta prática deve ser encorajada. O desmame precoce seguido de uma introdução alimentar pode trazer alguns problemas quando não possui o devido acompanhamento. Sendo assim, é crucial o acompanhamento nutricional desse indivíduo, para que maiores consequências não sejam geradas durante a sua primeira fase de desenvolvimento.

A maior causa do desmame precoce está diretamente associado a desinformação, tornando de extrema importância a orientação nutricional. O nutricionista irá orientar sobre os benefícios do aleitamento e os tipos de consequências que podem vir a acometer o neonato em casos de desmame precoce e introdução alimentar antes do período permitido. Sendo assim, o acompanhamento nutricional minimiza taxas de agravo e consequências, trazendo uma melhor qualidade de vida, desenvolvimento e nutrição.

REFERÊNCIAS

- ALVES, P. P. *et al.* Significado das mães sociais às mulheres assistidas no puerpério. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 1, 2019.
- BARROS, M. S.; ALMEIDA, J. A. G.; RABUFFETTI, A. G.. Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano: uma rede baseada na confiança. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 12, n. 2, 2018.
- BARROSO Z. A., ALVES N. C. M.. A importância da assistência do enfermeiro das práticas educativas no aleitamento materno. **Revista Atlante Cuadernos de Educacion e Desarrollo**, v.2, p. 1-10, 2020.
- BERZUINO, M. B.; FERNANDES, R. C. S.; LIMA, M. A.; MATIAS, A. C. G.; PEREIRA, I. R. O.. Alergia alimentar e o cenário regulatório no Brasil. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 14, n. 2, 2017.
- BOCCOLINI, C. S. *et al.* Tendência de indicadores do aleitamento materno no Brasil em três décadas. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 108, 2017
- BRAGA, M. S.; GONÇALVES, M. S.; AUGUSTO, C. R.. **Benefícios do aleitamento materno para o desenvolvimento infantil**. In: João Vitor Andrade; Luana Vieira Toledo; Camila Santana Domingos; Tatiana Paschoalette Rodrigues Bachur. (Org.). Geração de conhecimento nas ciências médicas: impactos científicos e sociais. 1ed.Campina Grande: Amplla, 2020, v. 1, p. 224-233.
- BRASIL. **Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 11 set. 2021
- BRASIL. Ministério da Saúde. **II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- CAMPOS, P. M. *et al.* Contato pele a pele e aleitamento materno de recém-nascidos em um hospital universitário. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 41, 2020.
- CASTILHO, Silvia Diez; BARROS FILHO, Antônio de Azevedo. Alimentos utilizados ao longo da história para nutrir lactentes. **Jornal de Pediatria**, v. 86, n. 3, p. 179-188, 2010.
- COSTA R. S. L. *et al.* Dificuldades encontradas pelas mães ao amamentar em uma Unidade de Referência em Atenção Primária. **Ciência em Foco**, v.1, n.1, p. 48-63, 2017.
- CHEQUER, L. B. N.; *et al.* O papel do aleitamento materno na prevenção da obesidade infantil. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 6, 2021.

FONSECA, A. L. M *et al.* Impacto do aleitamento materno no coeficiente de inteligência de crianças de oito anos de idade. **Revista de la Sociedad Boliviana de Pediatría**, v. 54, n. 1, p. 41-49, 2015.

FREITAS, I. E. C.; PINTO, J. C. S.; SOUZA, M. A. S.; FERREIRA, R. P.; PANTOIA, M. A. R.; RIBEIRO, N.F.; MONTEIRO, M. K. S; MACHADO, C. L. R.. Relação entre o desmame e a introdução alimentar precoce no surgimento das alergias alimentares: Uma revisão da literatura expandida. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 3, p. 12853-12863, 2021.

JOSÉ, D. K. B.; VITIATO, J. A.; HASS, K.; FRANÇA, T. C. S., CAVAGNARI, M. A. V.. Relação entre desmame precoce e alergias alimentares. **Visão Acadêmica**, v. 17, n. 3, 2017.

LIMA, A. T. A.; LIMA, C. L. S.; BARBOZA, A. A. A.; LIMA, V. S.; VIANA, K. K. G.; LIRA, S. M.. Influência da introdução alimentar precoce no desenvolvimento da obesidade infantil: uma revisão da literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 8, p. 1-18, 2020.

MURARI, CPC *et al.* Introdução precoce da alimentação complementar infantil: comparando mães adolescentes e adultas. **Acta Paulista de Enfermagem [online]**. 2021, v. 34 [Acessado 21 Novembro 2021] , eAPE01011.

MONTEIRO, R.. Norma brasileira de comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância: histórico, limitações e perspectivas. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 19, p. 354-362, 2006.

MOURA, E. R. B. B.. Investigação dos fatores sociais que interferem na duração do aleitamento materno exclusivo. **Revista Intertox-EcoAdvisor de Toxicologia Risco Ambiental e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 94-116, jun. 2015.

NASCIMENTO, V. G.; SILVA, J. P. C.; FERREIRA, P. C.; BERTOLI, C. J.; LEONE, C. *et al.* Aleitamento materno, introdução precoce de leite não materno e excesso de peso na idade pré-escolar. **Revista Paulista de Pediatría**, v. 34, p. 454-459, 2016

NETO, MR; ESTEVES, Heloiza CT; YONAMINE, Glauce Hiromi. Alimentação no primeiro ano de vida e prevenção de doenças alérgicas: evidências atuais. **Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia**, v. 2, n. 2, p. 50-55, 2014.

OLIVEIRA, M. D; FELISBERTO, S. B.; FERREIRA, L. S.. Incentivo ao aleitamento materno na idade recomendada realizada pelos profissionais que atuam durante o processo de orientação materno-infantil para evitar o desmame precoce. **Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde**, v. 6, n. 12, p. 29-34, 2019.

PERES, J. F. *et al.* Percepções dos profissionais de saúde acerca dos fatores biopsicossocioculturais relacionados com o aleitamento materno. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 141-151, 2021.

PORTO, JP et al. Aleitamento materno exclusivo e introdução de alimentos ultraprocessados no primeiro ano de vida: estudo de coorte no sudoeste da Bahia, 2018 **Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]**. 2021, v. 30, n. 2

PRODANOV, C, C.; de FREITAS, E, C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: **Feevale**, 2013.

RODRIGUES, GPN et al. Avaliação do impacto de intervenção educativa em farmácias com promoção comercial de produtos que competem com o aleitamento materno. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.

SANTOS, M. P. M. C.; PEREIRA, T. G.; FREITAS, M. T.. A influência do leite materno na microbiota intestinal do recém-nascido. **BrazilianJournalofDevelopment**, v. 6, n. 11, p. 93400-93411, 2020.

SILVA, A. M.; MONTEIRO, G. R. S. S; TAVARES, A. N. S; PEDROSA, Z. V. R. S.. A introdução alimentar precoce e o risco de alergias: Revisão da literatura. **Enfermería Global**, n. 54, p. 485, 2019.

VIERA, CS et al. Amamentação e o desenvolvimento Pondo-Estatural do lactente até o sexto mês de vida. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 42, n. 2, p. 179-186, 2021.

WHO - World Health Organization. **Indicators for assessing infant and young child feeding practices**. Geneva, 2010.